

A física do medo e o emergir de anônimos e silenciadas em *As chamas na missa* de Luiz Guilherme Santos Neves

Cláudia Fachetti Barros
Ufes
cbfachetti@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho versa sobre narrativa ficcional que muitas vezes se apropria do discurso histórico e traz a tona questionamentos muito pertinentes à historiografia. Neste contexto o romance histórico é um importante veículo que nos permite compreender as relações existentes entre História e Literatura, principalmente diante da fusão entre o fato e a ficção presentes na trama. Corporificando o medo Luiz Guilherme Santos Neves o apresenta em toda a sua física e constrói em sua obra *As chamas na missa* o diálogo da História com a Literatura, onde uma reflexão ampla, fora dos limites disciplinadores gerados pelo cientificismo, será evidenciada. Neste artigo, que denuncia a forma ultrapassada de se pensar História, anônimos e silenciados se manifestarão. Apoiado pelos conceitos de Bakhtin, Chartier, Pesavento, Le Goff e Pierre Nora, este trabalho quer evidenciar uma Literatura que pulsa, e com isso reconta de forma especial um passado antes lacrado, esquecido.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa ficcional. História. Luiz Guilherme Santos Neves. *As chamas na missa*.

ABSTRACT: This paper deals with the fictional narrative that often appropriates the historical discourse and brings up very relevant questions to the historiography. In this context the historical novel is an important vehicle that allows us to understand the relationship between history and literature, especially when the merger between fact and fiction woven into. Embodying the fear Luiz Guilherme Santos Neves introduces him in all his physical build and in his work *As chamas na missa* of the dialogue with Literature History, where an ample reflection, out of bounds by disciplining generated scientism, will be highlighted. In this article, which denounces the outdated form of thinking about history, anonymous and silenced manifest. Backed by the concepts of Bakhtin, Chartier, Pesavento, Le Goff and Pierre Nora, this work intends to show a pulsating Literature, and with that recounts the special form a month before sealed, forgotten.

KEYWORDS: Narrative fiction. History. Luiz Guilherme Santos Neves. *As chamas na missa*.

[...] O medo, com sua física,
tanto produz: carcereiros,
edifícios, escritores,
este poema; outras vidas.

Tenhamos o maior pavor,
Os mais velhos compreendem.
O medo cristalizou-os.
Estátuas sábias, adeus.

Adeus: vamos para a frente,
recuando de olhos acesos.
Nossos filhos tão felizes...
Fiéis herdeiros do medo,

eles povoam a cidade.
Depois da cidade, o mundo.
Depois do mundo, as estrelas,
dançando o baile do medo.
(ANDRADE, 2007, p. 37)

Antonio Candido nos diz que há para todos nós um problema sério: o medo. Luiz Guilherme Santos Neves – LGSN¹, promovendo “o baile”, tece a teia do medo no romance *As chamadas na missa* (NEVES, 1986). Nessa tessitura o autor apresenta-o em toda sua física; para tanto, oportuniza ao leitor uma viagem a uma hipotética vila do Espírito Santo, ironicamente denominada de Santíssimo Sacramento, que pela riqueza da descrição paisagística remete à Ilha de Vitória. A vida nessa vila sofrerá um turbilhão de acontecimentos e emoções com a passagem do “Ministério do Medo”. LGSN assim descreveu seu baile:

As chamadas na missa é antes de tudo o romance do medo. Seu tema central é a visita do Santo Ofício da inquisição a uma vila indeterminada (mais que topograficamente é inspirada em Vitória-ES) na altura da terceira década do século XVIII, e toda a agonia que essa visita desencadeia sobre seus habitantes. Medo era o principal instrumento da Inquisição para atingir seus fins utilizando-o eficientemente para aviltar, humilhar, desumanizar. Medo era ainda mais a própria jurisdição do Santo Ofício ao qual bem se poderia aplicar (com licença de Graham

¹ Com essa sigla passo referir-me ao historiador e literato Luiz Guilherme Santos Neves.

Greene) o epíteto de Ministério do Medo. (NEVES, 2009, s.p.)

Pouquíssimas são as referências² relativas à presença da Inquisição nos livros dedicados à história da Capitania do Espírito Santo. O primeiro a mencionar tal presença foi Varnhagen (1845, p. 54-86). Em 1845, no seu importante artigo *Excertos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa desde o ano de 1711 ao de 1767*, referiu-se a dois moradores dessa capitania processados pela Santa Inquisição: em 1726, o cristão-novo Brás Gomes de Siqueira, e em 1744, o índio feiticeiro Miguel Ferreira Pestana.

O que sentiu Brás Gomes ou Miguel Ferreira ante os crimes e penas que lhe foram imputados? Como reagira a sociedade da época em relação a esses homens? Que preconceitos sofreram? A alcunha de feiticeiro a Miguel já evidenciava um rótulo? Suas famílias, se é que as tinham, sofreram as consequências de seus atos? Mas – que atos?

A História oficial por vezes nos parece tão obscura, sem respostas! Um fato que pode parecer fugaz, como o comentário ao artigo de Varnhagen, pode estar repleto de questionamentos importantes. Esses, em sua maioria, ficam sem respostas consistentes: Brás é cristão-novo; Miguel, feiticeiro. Com a Nova História³, não só a veracidade dos referentes históricos

² Dentre essas é importante destacar: SALVADOR, José Gonçalves. A Capitania do Espírito Santo e seus Engenhos de Açúcar.

³ Nova história (em francês Nouvelle histoire) é corrente historiográfica surgida no ano de 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales Seu nome derivou da publicação da obra *Fazer a História*, em três volumes, organizada pelos historiógrafos Jacques Le Goffe Pierre Nora, seus principais expoentes na França.

tem sido contestada, como também se tem buscado deslocar o olhar que conta a história do alto, do ponto de vista de quem exerce o poder, para a ótica do subalterno, do subjugado por esse mesmo poder. Na Literatura, os romances de ficção crítica, instauram e posteriormente subvertem os conceitos que desafiam. Tomam por empréstimo, dados da História, para posterior subversão, proporcionando uma releitura crítica desse passado histórico oficial, ao mesmo em tempo que desafia o leitor a repensar o presente à luz desse redimensionamento do passado.

O navegante do imaginário⁴, inquietado por respostas e por redimensionar o passado, tendo o tema da inquisição, produtora do medo, como inspiração, depois de navegar em *Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*, deixa fluir o melhor de sua pena poética, evitando cristalizar-se. Navega pelas águas da ficção crítica e cria uma leitura alternativa desse passado, dentre tantas que poderiam ser apresentadas como verdadeiras.

Confirmando as palavras de Drummond, deixa claro que o medo tanto produz carcereiros como escritores. Nessa lógica, apresenta-nos CM⁵ e com ela abre uma caixa de segredos em relação à opressão. Nessa caixa, ouve-se um turbilhão de vozes raras, as vozes⁶ dos que enfrentam e enfrentaram a intolerância, vítimas do medo que LGSN não quis ocultar. E, desmistificando

⁴ Expressão que faz referência ao historiador e Literato Luiz Guilherme Santos Neves, utilizada pela escritora Maria Thereza Ceotto na obra: *Seleção, notícia biográfica e estudo crítico – Navegante do Imaginário- Luiz Guilherme Santos Neves, 2000.*

⁵ Passo a usar a sigla CM para fazer referência à obra *As chamas na missa.*

⁶ Nesse sentido, essas vozes de minorias apresentadas no discurso literário, são intertextuais na medida em que valem do discurso oficial para repensá-lo e até mesmo refutá-lo. Trabalhei esse conceito de acordo com a teoria de Bakhtin.

a repressão do poder, de olhos acesos, resolve ir além, deixar um legado aos filhos, aos leitores, às vítimas da intolerância em quaisquer circunstâncias, aos marginalizados, às minorias em geral... O legado? Que abandonem o papel de fiéis herdeiros do medo e assumam uma postura digladiadora, que ele próprio já assumiu ao escrever seu romance, sua ficção. Erly Vieira Júnior comenta sobre a sofisticação dessa ficção:

Se os episódios históricos (e suas lacunas) são matéria prima de boa parte da obra literária de Luiz Guilherme Santos Neves, cabe ressaltar que esta é elaborada sob uma perspectiva bastante cosmopolita, sem nenhum tipo de bairrismo, especialmente no sofisticado trabalho com a linguagem verbal – e, por que não visual, se levarmos em conta as poderosas imagens que brotam desses romances [...] como no impiedoso retrato da Santa Inquisição no Brasil, a partir de fictício relato de uma visita do tribunal à ilha de Vitória no século XVIII. (VIEIRA JÚNIOR, 2010, p. 28)

João Felício dos Santos⁷ diz que todo romance é necessariamente histórico e ficcional. Histórico, porque tem sempre muito da experiência e da vivência pessoal do escritor, ficcional, porque é arte. Essa obra de “arte” – sofisticado trabalho de linguagem verbal e visual –, que ora chamo caixa de segredos, posto que carrega vários diálogos⁸ e vozes vem nos lembrar a cada nova

⁷ Literato e amigo de LGSN. Tais palavras constam no prefácio da obra *A nau decapitada: Manuscrito do Itapemirim*, 1985.

⁸ No romance CM, cada diálogo ou voz é um ponto de vista, uma perspectiva socioideoló-

oportunidade de leitura um mito muito conhecido, o de Pandora. Em sua caixa, aberta de maneira desobediente, a mulher assiste desesperadamente ao baile do medo, quando uma infinidade de males espalha-se. Incompreensivelmente junto aos males estaria o melhor dos benefícios, aquele que a revigora. Na caixa de nosso navegante, situação semelhante: junto aos males, um bem que não se solta. Com esse bem, oportunidades: ouvir anônimos e silenciados, minoria social a quem foi negado reconhecimento junto ao processo histórico, e dar vida ao baile da História.

Uma História que renasce, na medida em que rompe com o modelo que “sempre se preocupou em narrar fatos e acontecimentos envolvendo os poderosos e vencedores. Uma história muito factual de nomes e datas, ligada sempre ao poder e acontecimentos oficiais” (MORAES, 1994, p. 14-15), onde o processo existia à revelia do homem, como se fosse possível fazer história sem a presença do ser humano. Nesse rompimento, uma Nova História surge. Carregada de muita experiência humana, ela vê na Literatura oportunidade de transformá-la em arte! Juntas, na mesma caixa, pactuam: o estudo do passado não pode ser voltado tão somente a ele. Ao contrário, deve ser comprometido com o presente.

Com a missão de evidenciar muito dos segredos que a caixa do navegante potencializa, signatária do pacto assumido pelas ciências irmãs, proponho uma viagem ao passado, não para estabelecer comprometimento com ele, conforme mencionado, mas

gica dos grupos sociais reais e de seus representantes. Bakhtin postula que a prosa literária é formada de diversas vozes devida à inerência da polifonia na linguagem; diversos pontos de vista e, por isso, carrega marcas desses diferentes discursos. Assunto abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

para tentar descortinar e responder melhor aos apelos cotidianos. Então, não parece contraditório que a mesma História, antes suscitando questionamentos como os de Brás – cristão-novo e Miguel – feiticeiro, também oportunize o contrário? Respondo que não há contradição alguma se essa mesma História caminha próxima ao homem, inserindo-o ao mesmo tempo como sujeito e objeto do processo. Assim, na pretensão de revelar um maior entendimento sobre as vozes presentes em CM, proponho uma breve viagem, no intuito de traçar um recorte dos acontecimentos históricos que nortearam o processo inquisitorial.

Nessa viagem aporto numa época em que abalar pedestais, questionar “verdades” milenares ou entrar em choque com o senso comum poderia custar mais que a vida. Em fins do século XVIII, a Igreja Católica sentiu-se ameaçada por uma série de críticas feitas aos dogmas sobre os quais se apoiava a Doutrina Cristã. Essas críticas e dúvidas em relação à verdade absoluta da mensagem da Igreja aumentaram, e os indivíduos que partilhavam dessas ideias contestadoras da doutrina oficial do catolicismo eram chamados de hereges.

“Herege” se origina da palavra grega “hairesis” e do latim “haeresis”, e significa doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja Católica em matéria de fé. No que diz respeito propriamente ao conceito de heresia, foi aceita a definição do teólogo medievalista M. D. Chenu de que herege é “o que escolheu”, o que isolou de uma verdade global uma verdade parcial, e em seguida se obstinou na escolha⁹. A heresia é uma ruptura com o

⁹ Nesse sentido, trabalho consoante à ideia apresentada na obra *Desarraigados – ensaios de Azevedo Filho* (1995).

dominante e ao mesmo tempo é uma adesão a outra mensagem. Segundo as estruturas que representam o poder, é contagiosa, e em determinadas condições dissemina-se facilmente na sociedade. Daí o perigo que representa para a ordem estabelecida, sempre preocupada em preservar a estrutura social tradicional.

Foi na Espanha e em Portugal, durante a época moderna, ou seja, nos séculos XVI, XVII e XVIII que a Inquisição alcançou seu apogeu. Porém, durante a Idade Média, esses países apresentavam-se como os mais tolerantes da Europa, onde havia coexistido durante séculos grupos étnicos e religiosos diferentes. Um fenômeno básico levou ao estabelecimento do Tribunal da Inquisição: a existência, no território ibérico, de três grandes comunidades – a cristã, a muçulmana e a judia.

O sucessor português de Dom Manuel no trono, Dom João III, influenciado pela Espanha e sob a alegação de que os judeus batizados a força e seus descendentes não eram cristãos verdadeiros, solicitou ao papa autorização para instalar em Portugal um tribunal que funcionasse nos moldes do espanhol – aproximava-se a abertura da caixa de horrores. Todas as negociações mantidas entre Roma e Portugal para se estabelecer o tribunal tiveram por base o poder do dinheiro. Os papas sabiam que os monarcas portugueses, possuindo o domínio sobre a inquisição, enfraqueceriam politicamente Roma. A inquisição foi “comprada” por Dom João III (sob ameaça de cisma), no começo com algumas restrições, mas com o tempo elas foram abolidas e o rei passou a ter um maior controle sobre a instituição, posto que não desejava apenas a Inquisição mas, o poder de nomear Inquisidores e agir sobre ela conforme os interesses da coroa.

Os Regimentos que norteavam o Santo Ofício em Portugal são datados de 1552, 1613, 1640, 1774. Entre os diversos fatores que contribuíram para a implantação e perpetuação do Tribunal do Santo Ofício, e o motivo para que os judeus fossem as maiores vítimas da intolerância, destaco a abertura da “caixa”. Saindo dela, sob o nome de causas econômicas, sociais e religiosas, o mal se estabelece e o medo se corporifica. Visto em toda sua física, o medo proporcionou que os males recebessem alguns nomes diferentes que, de certa forma, serviam para justificar a devassa que sua presença provocava.

Cobiça, ganância, ou melhor seria referir-se “apenas” à historicamente conhecida causa econômica? Esse foi um dos nomes do “mal” que pairou em Portugal, no período em discussão. Economicamente, esse país contava com o capital financeiro advindo dos judeus que exerciam uma espécie de monopólio comercial em prestando dinheiro a juros e investindo no comércio, o que garantia a continuação da expansão do colonialismo e a manutenção dos altos gastos com a corte. Sobre essa postura do Estado português comenta Alexandre Herculano ([s.d.], p. 25): “[...] desde que se encetara o caminho dos empréstimos, nunca mais se abandonara, e o Estado quase que exclusivamente vivia desse expediente”.

Em função do medo da perda desse capital o monarca permitiu a permanência daqueles que concordassem em se batizar na Igreja Católica, adotando a nova religião. Muitos abraçavam a fé cristã e eram batizados, mas continuavam com a sua devoção religiosa em oculto. Se descobertos, eram mortos, tinham os seus bens confiscados pela coroa e, constrangidos nos autos de fé – cerimônias públicas em que os culpados eram queimados

à vista do povo. Nesse contexto, essas pessoas passaram a ser denominadas pejorativamente cristãos-novos.

Outro mal veio sob a simpática nomenclatura de causa social, que bem poderia receber diversos outros nomes: preconceito, discriminação, interesses obscuros... Nessa lógica, corporificava-se a inimizade entre o povo português, que incorporava a pretensão da verdade absoluta e inquestionável do cristianismo, e os judeus. O povo de origem hebraica enfrentava diversas proibições como as de possuir criadas ou criados cristãos ou até mesmo frequentar a casa de mulheres cristãs, viúvas ou solteiras na ausência dos maridos, sendo inclusive obrigados a usar uma estrela costurada sob a roupa (HERCULANO, [s.d.], p. 55).

A vanguarda dos males, entretanto, reside no campo religioso. Nele, toda sorte de hostilidades foram lançadas a pretexto de, compulsivamente, se buscar num grupo marginal a condição de bode expiatório. Apesar da aparência de paz, havia uma animosidade latente do povo português em relação ao povo judeu, provocando de forma esporádica ataques a esse povo, que tanto era acusado pela Inquisição quanto pela sociedade das mazelas sociais.

Como não havia o problema mouro em Portugal, a Inquisição em Lisboa, com tribunais em Évora e Coimbra, concentrou-se imediatamente em descobrir cristãos-novos, verdadeiros ou declarados como tal [...] ambos os tribunais, o espanhol e o português tinham competência para julgar o protestantismo e outras heresias, feitiçaria, magia, bigamia, sodomia e aberrações sexuais. (BOXER, C. R., 1978, p. 107)

Perseguidos e acuados pela repressão do Santo Ofício, os portugueses de origem judaica espalharam-se pelos quatro cantos do mundo, levando seus costumes, religião, língua, alimentação, folclore e literatura que preservaram durante séculos. CM vem nos lembrar uma dessas famílias que se estabeleceu, segundo a ótica ficcional de LGSN, na ilha de Vitória. Trata-se da família Aranches.

O primeiro Aranches a ocupar a região foi o velho Samuel, pai de Miguel, Judite, Josué e Leonor, veio de Portugal com a família, trazendo a mulher Rute que pouco durou, levou-a uma das muitas epidemias de varíola frequentes e antigas na Vila do Santíssimo Sacramento. [...] o piloto Brás Teles esquinando as águas do rio Santíssima Trindade, vem para carregar de açúcar no comércio que ordinariamente faz para os Aranches, cristãos novos eles, cristão novo o piloto como o é também o mestre caldeireiro Onofre Rodrigues. (NEVES, 1986, p. 107)

Essa família vivia sob a égide do medo e, como tal, mantinha seu culto e seu credo no mais absoluto segredo: “família de judeus convertidos à força ao catolicismo como condição de sobrevivência” viu em terras brasileiras oportunidade de “acender uma vela a Cristo e um candelabro a Jeová, levando a vida até quando Adonai fosse servido”. Conhecendo melhor essa família e participando com ela de seus conflitos e receios, temos como mensurar os estragos provocados pelo Ministério do Medo naquela comunidade. Um exemplo é a celebração da Páscoa, decisão tomada em reunião familiar, ante os problemas que po-

deriam advir:

Tomada a decisão em reunião familiar, celebraram a páscoa da Lua Grande armando uma mesa com toalhas rendadas sobre a qual puseram o candeeiro de prata aberto em leque de muitos lumes, em cada braço uma torcida ume-decida em azeite e, com os melhores vestidos, serviram-se de um cordeiro novo, comeram pão ázimo com alfaces agrestes, muito vinagre e certa mistura de variadas frutas lembrando musgo pisado em memória dos adubos do rio Nilo. Solenes, provaram o vinho e rezaram toda a história da saída do Egito. (NEVES, 1986, p. 78-79)

“O candeeiro de prata aberto em leque de muitos lumes”, lembrando uma árvore, metaforicamente simbolizava a vida, luz dos homens, devendo ser, pela doutrina, aceso no sentido de iluminar a todos. Ironicamente, a bíblia cristã preconiza passagem semelhante: “Vocês são a luz para o mundo. Não se pode esconder uma cidade construída sobre um monte. Ninguém acende uma lamparina para colocá-la debaixo de um cesto. Pelo contrário, ela é colocada no lugar próprio para que ilumine todos os que estão na casa” [...] (BÍBLIA, 1994). Em lados religiosamente, ou melhor seria dizer politicamente, ou ainda economicamente opostos, a “luz” para a Inquisição parecia ter funções diferentes. O candelabro dos Aranches não poderia ser colocado em local próprio; ao contrário, precisava ser escondido, pois era símbolo da desobediência, naqueles tempos devendo ser punida com a carne.

Nesse jogo de contradições, delineava-se a personalidade de Leonor Aranches – a “corcunda do Engenho da Pedra dos Dois

Olhos” – “curta de estatura e alcorcovada, [...] sorriso imbecil estampado nos beijos, fugidia e arisca, a rondar pelo engenho como alma empenada” (BÍBLIA, 1994). Para Leonor, ser irmã de Judite Aranches, “olhos luminosos e negros, formosa de corpo, de porte condessa” (NEVES, 1986, p. 26), traduzia-se num suplício que, somado aos acontecimentos da vila a partir da chegada do Santo Ofício, desenhava-se em oportunidade de arrancar de seu peito “seu ódio encorcovado contra as pessoas perfeitas e sãs”. Por isso, no baile do medo representado pela missa, Leonor opta pelo caminho que lhe parece mais confortável, a delação. Sobre essa “escolha”, Deneval Siqueira de Azevedo Filho escreve:

Essa metáfora da sua própria língua, traiçoeira e, ao mesmo tempo, o seu medo, dão a essa personagem uma significância maior na trama. [...], Leonor Aranches, uma herege no sentido primitivo do étimo grego (que escolhe): ela opta pela delação, traçando seu próprio destino, por meio de uma dinâmica muito particular no romance. Ele é atrelado ao medo da personagem no início da trama/fábula, ao frenesi que sente durante a celebração de uma missa. (AZEVEDO FILHO, 2010, p. 6)

A delação fez parte da opção de muitos que viveram na engrenagem perversa da repressão, em todos os tempos. No que tange ao Tribunal do Santo Ofício, era necessário trazer a confissão ou a delação a todo custo. Era fundamental informar ao colono o que era “pecado”, tarefa que o literato capixaba ironicamente descreve no desenrolar de uma missa que, desnudando os pensamentos

mais íntimos dos moradores da vila, enfatiza os tempos presente, passado e futuro, revelando que entre as personagens do romance não há uma consciência narrativa unificante. Como se nos transportasse para seu mundo, o narrador deixa fluir o pensamento de cada personagem independentemente. Nesse novo mundo, os silenciados falam! A pequena sociedade que se aglomerava na Vila do Santíssimo Sacramento, oprimida pelo medo, traz um outro discurso que deve ser incorporado ao oficial.

Nesse outro discurso, um tanto às avessas, Leonor ironicamente nos mostra que a informação de um herege é prova da devoção para com a Igreja e sinal de salvação de uma alma também impura, a do delator. Era comum nos Autos de Fé citar, com o intuito de intimidar, nomes de pessoas que haviam sido queimadas, degredadas, castigadas com as galés, açoitadas, tudo minuciosamente calculado, uma verdadeira encenação teatral, contida passo a passo no manual do inquisidor, servindo para atizar a memória dos pecadores e dos informantes. Ao trazer à tona o pânico e as inseguranças de ordem pessoal e moral, a conscientização do erro, o medo da punição, as inimizades, os rancores, as perdas materiais e amorosas, muitos confessavam e acusavam-se uns aos outros. Era nesse mar de acusações que a Inquisição fazia seu arrastão, pescando almas, conforme descrito neste trecho de CM:

o Tribunal de Inquisição [...] propositadamente, omitia os elementos básicos da delação, aos quais se limitava a fazer referências vagas, reticentes, como recomendava o *Directorium Inquisitorium*, manual dos inquisidores, alfar-

rábio auxiliar, surrado e suado, que preceituava como turvar as águas para melhorar a pesca para o Santo Ofício, permitindo obter-se o maior número possível de revelações, conseguindo-se assim – De um só arrastão, conseguindo-se novas e insuspeitas denúncias que o acusado, às tontas, num verdadeiro jogo de cabra-cega, no afã de acertar com a verdade do libelo contra este posto, atirava contra outras pessoas, enriquecendo o abecedário cadastral da Inquisição. (NEVES, 1986, p. 55)

Apesar de todo o aparato religioso e da auréola divina com que o tribunal da Inquisição se revestiu e das funções “santas” que alegou, foi uma instituição vinculada ao Estado, com pretensões muito claras ante o destino que deveria ser dado às fortunas dos condenados. O Tribunal dependia das denúncias para obter réus, e na sociedade da pequena vila formou-se uma teia de delação. Qualquer denúncia era recebida pela Inquisição, independente da idoneidade dos denunciantes. Podiam ser denúncias anônimas, secretas, sem qualquer comprovação, vindas de todos os tipos de pessoas. No decorrer do processo, essas denúncias seriam ou não comprovadas, mas, a priori, o denunciado era considerado culpado: se houve a denúncia, possivelmente haveria culpado, como a que Mané Berimbau levou ao visitador, mesmo sem ser convocado:

O segundo depoimento examinado pelo visitador naquela manhã era de Manoel Januário, vulgo Mané Berimbau, idade dezesseis anos, que foi à mesa sem ser chamado dizendo-se

de religião cristã [...]. Denunciando, informou que menos de um ano e bocadinho, indo ele descendo a ladeira do Forte São Cosme e São Damião, uma mulher de nome Maria, cujo apelido se negou a declarar por escrúpulo na presença do senhor visitador e que ali tem casa aberta para o mundo, chamou o depoente para a demão de levar uma santa esculpida em madeira e alguns palmos de altura para ser doada à matriz. E havendo o senhor pároco recusado a oferenda, desandou a mulher a blasfemar com escândalo, cuspido xingaços e nomes feios [...]. Disse mais que a santa acabou trancafiada no cômodo cheio de cacalharias, embaixo exatinho donde Maria tem leito largo e desonesto [...] E dizendo disse que a dita Maria é rogadeira de pragas por ser de má condição e gênio e pratica heresia quando, com descaro, chama os varões com quem se comunica carnalmente pelos nomes de são cosmezinho e são damião com os quais santinhos assim chamados pratica o pecado nefando, conforme já ouviu contar pelos soldados do forte. (NEVES, 1986, p. 85)

Mulher de personalidade forte, Maria capa-homem – esse era o apelido que Mané se negou a declarar por escrúpulo na presença do senhor visitador – nunca conhecerá o verdadeiro motivo de sua condenação. Os leitores, no entanto, cúmplices na trama, conhecerão. Divertindo-se com uma carga extra de ironia em situações que de outra forma pareceriam dramáticas, o narrador tece a constante teia do diálogo com o outro. É por meio desse dialogismo que ele, ao falsificar deliberadamente os fatos,

torna-os ao mesmo tempo muito possíveis. A prostituta anônima ganha voz, ecoando “não sou nenhuma Joana D’arco para virar tição”. Maria não se dobra, porém é difícil combater um inimigo que não se conhece; dessa forma, a mulher numa tentativa de “amenizar a severidade do Santo Ofício irá [...] declarar-se dos erros cometidos, é a confissão o modo conhecido de se atenuar o castigo”. Porém, isso não será bastante: Maria, devido a um cacoete, sucumbirá às chamas:

E mesmo torniqueteada no patro não atinará Maria com o pecado omitido, motivo de sua prisão, terminado por ser relaxada ao braço secular depois de condenada no auto de fé do ano de..., limpamente executada sem efusão de sangue, a clamar dos algozes que a conduziam à fogueira, para a morte d’arqueana, misericórdia, meu são cosmezinho e meu são damião. E sem que o adivinhasse era devido àquele cacoete da fala, considerado sacrilégio, que a passavam nas chamas. (NEVES, 1986, p. 89-90)

A morte dessa personagem demonstra que nessa estrutura circular do romance, em que ouvem-se muitas vozes, não há saída para as vítimas da repressão. Nessa recriação de fatos do mundo real por meio da ficção, compreende-se que delator e delatado são comumente vítimas. Suas vozes, ouvidas a partir da presença da polifonia e do dialogismo, nos ajudam a corroborar esse pensamento.

Mikhail Bakhtin (1997) entende a polifonia como “a multiplicidade de vozes e consciências independentes [...]”, revelando dentre outros aspectos classes sociais e ideologias presentes na

dinâmica discursiva. O dialogismo está na projeção de várias possibilidades de interpretação de um mesmo fato. Tais mecanismos permitem alterar a visão de mundo sobre o ocorrido no passado e sobre algumas personagens históricas. As *chamas na missa* possibilita a seus interlocutores, por meio do narrador e das várias vozes presentes no discurso ficcional, interpretar um mesmo fato a partir de diversos pontos de vista, não para tentar mostrar apenas o ocorrido – corrupção, violência, desafortunados, medos, abuso de poder, etc. –, mas permitir ao leitor tirar as suas próprias conclusões e chegar a este questionamento: de quem é a “verdade” que se conta?

Para travar essas reflexões, LGSN tece seu romance numa estrutura caleidoscópica, sem divisão em capítulos, composto de sessenta e um fragmentos intercalando-se e entrecruzando-se, permitindo ao leitor ouvir essas diferentes vozes que compõem a tessitura romanesca, vozes do narrador, das principais personagens, da historiografia oficial, do folclore e da literatura. Em cada fragmento predomina determinado grupo de personagens com suas vidas, memórias, ideias e visão específica do acontecido. E assim, intercalado à presença inquisitorial, com seu comportamento e contradições interessantes que vêm interromper a vida anterior na Vila – desmandos do sexo, boa comida, ambição do ouro, cultos proibidos, práticas eróticas, a manifestação de ideias heréticas e liberais –, encontramos novos discursos se convertendo em palco de luta entre muitas vozes, como nos ensina Bakhtin (1997).

Nessas vozes, as parlendas deixam os jogos infantis para movimentar na trama situações funestas, como a morte de Dó-ré-mi: “[...] acorrem, quem foi quem não foi, pobre Dó-ré-mi, salame-

-minguê, virou sorvete colore, dessa não escapa [...]” (NEVES, 1986, p. 47). A liturgia religiosa é questionada nos pensamentos de Joaquina Norberto: “se não é bom que o homem viva só, purgando a solidão, sucederá o mesmo à mulher [...] é, pois compreensível que a regra bíblica tanto se aplique ao varão como à costela dele extraída [...] discriminar Eva, que injusto seria se assim fosse [...]” (NEVES, 1986, p. 47). Os provérbios populares invertidos evidenciam que não há como se estabelecer absolutos nem oficialidades, e a História, portanto, é construída por uma infinidade de outras vozes: “[...] a voz do povo é a voz do Demo [...]” (NEVES, 1986, p. 17). A própria Literatura, corpo da ficção, num digladiar passado/presente, impõe sua conotação irônica: “Falai sem rebuços, nunca vereis tribunal como este [...]. Nunca vereis tribunal como este que é até advogado de defesa designa e custeia”.

Valendo-se da beleza desse emaranhado de vozes, o narrador, onisciente e participativo, conhecedor do passado e do futuro das personagens, com sua visão dessacralizadora da História, comenta e ironiza fatos e pessoas, divertindo-se com brincos de linguagem irônica e popular, repleta de sonoridade e de jogos de palavras. É por intermédio de sua voz que o olhar do dominado se volta para o dominador. Nos trabalhos de inquisição, busca interrogar os silêncios da historiografia oficial, com a intenção de dar voz aos que foram vítimas da intolerância do Santo Ofício.

Dessacralizada, presentificada¹⁰ e ganhando voz, Maria Capa-Homem compartilha da visão do narrador na medida em que seu papel na trama torna-se múltiplo: repudia a ideia de sacrifí-

¹⁰ Usa-se estes termos referindo-se aos estudos de Roger Chartier. CHARTIER, 1990.

cio, como o da heroína Joana D’arc, mito da mulher guerreira; é transformada em descendente de Maria Ortiz e ao mesmo tempo retoma trejeitos de um tipo popular contemporâneo que viveu em Vitória, Maria Tomba-Homem¹¹. Nesse jogo, o literato capixaba usa questões locais para refletir importantes temas universais. É nessa caixa de segredos que, pouco a pouco, o autor, num grau de fina ironia, revelando e valorizando as intrigas que aparecem nos episódios da narrativa, nos coloca bem perto – assim como colocou suas personagens na missa – do presente e do futuro, tanto local quanto global, dizendo-nos:

Mas são assim muitos dos habitantes do lugar e, como esses, continuarão a ser os que depois dele virão e herdarão esta terra, geração após geração, não há por que deixar de mencionar este traço da psique coletiva da gente da Vila do Santíssimo Sacramento, como poderia ser de alguma outra vila, pode o lugar ser um ou outro, terra de muitos ou de poucos, canto qualquer deste vasto, sofrido planeta. (NEVES, 1986, p. 104)

Suas fortes palavras revelam que a intolerância e o sofrimento podem estar presentes em qualquer tempo e em qualquer lugar. Utilizando-se de vários recursos estilísticos – uso da letra minúscula no início dos parágrafos, a história de certas personagens intercaladas à história de outra, o uso de aliterações e assonân-

¹¹ Personagem trabalhada por LGSN na crônica *Je Vous Salue, Maria*. NEVES, 1997. p. 28-31.

cias para caracterizar uma prosa poética, a presença do folclore –, o autor desloca o tempo cronológico para o psicológico e, ao revelar o futuro das personagens, mostra que os silêncios podem ser preenchidos. A inexistência, agora, das lacunas deixadas pela história oficial marca a existência de presenças fortes.

Tais presenças, misturadas à carga de horror promovida pela visita do Inquisidor – os interrogatórios, a tortura, as atas das sessões e o suplício final –, demonstram que as perseguições se centram, mais uma vez, em personagens marginalizadas, como Bernardo Queixada que é, assim, outra personagem digna de análise: representa a reação à opressão, a ruptura com o poder constituído. Ex-supliciado da inquisição, vinga-se de seu delator Bento Lopes, matando-o. Para tanto, constrói um instrumento de tortura parecido com o que havia sido torturado.

[...] Bento Lopes subjugado por Bernardo, submetido ao terror [...] apesar da Polé improvisada trata-se de boa imitação do instrumento oficial, é Queixada carpinteiro suficiente, se faz agora juiz e algoz, sobe e desce o corpo do outro [...] sacudindo brutalmente, segurando e soltando a corda [...] urina-se e suja-se Bento Lopes na dor do tormento [...] expira Bento Lopes numa poça de sangue e fezes. (NEVES 198, p. 87-88)

Candinho é a entidade subversiva do romance, dialoga com a lenda da Mula-sem-cabeça e as credenças populares, ensina palavras mágicas a Antão para seduzir Joanhina Norberto, usa recursos fantásticos para descobrir as iniciais do assassino de Vó Eva e, por meio de peripécias, ilude e zomba de padre Ângelo

Consuelo, do Inquisidor e de seus homens. Como perseguido que é, dá o salto fantástico para sua libertação, via descontinuidade, pois troca de posição e se desmaterializa. É a encarnação do diabo, exorcizado, mas que não é derrotado pelo inquisidor. Com marcas do mundo às avessas, desafia as hierarquias e convenções sociais.

veio o meirinho do eclesiástico [...] e intimou Candinho à ordem do Santo Ofício. [...] O preto levantou-se do banco, no lado de fora da casa onde pitava seu fumo [...] dentro, Candinho indicou-lhe um canto de um lado da esteira [...] depois agachou-se sobre a esteira e se foi encurvando sobre si mesmo como um feto, desprendendo fumaça pelas ventas, sempre de costas para o meirinho que o observava mudo e medo [...] subitamente [...] uma espessa nuvem cor de açafraão de fortíssimo odor nauseasco escondeu-o das vistas do meirinho[...] Candinho crescia de tamanho [...] assombrava o meirinho [...]. (NEVES, 1986, p. 97-98)

A galeria de personagens que CM me possibilitou conhecer, as profundas reflexões que fiz, a incrível viagem a um passado novo só foram possíveis porque a caixa, de fato, foi aberta. O viés literário da obra em discussão permitiu que ficção e História se cruzassem, possibilitando rever as visões oficiais desta, ao mesmo tempo propondo um novo estatuto artístico para o romance histórico, em que a literatura traz infinitas possibilidades de construção e desconstrução de paradigmas. Nesse texto ficcional, mergulhado no passado e ao mesmo tempo tão no

presente, resta o discurso de nossas próprias vidas, o discurso do “real” que, conforme apresentado, pode ser apreendido por meio de outros discursos.

Compreendo que a linguagem é, pois, o lugar da História, como o é a Literatura. A consciência de que a História é mais um discurso faz com que ela se aproxime da ficção. Mesmo que o literato tenha produzido, sem um compromisso com a “verdade” dos fatos, um mundo singular que se contrapõe ao mundo real é inegável que, por meio do texto artístico, o leitor construa suas próprias convicções dos acontecimentos constitutivos da verdade que afloram da arte literária. Por isso, sigo com a Literatura, veículo capaz de ao mesmo tempo preencher lacunas e resgatar memória, edificar um templo e no mesmo instante apontar para a incomunicabilidade dos edificadores.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo*. 38. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 37.

AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de. *Desarraigados – ensaios*. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de. Real Gabinete Português de Leitura. *O legado de Saramago em Luiz Guilherme Santos Neves: Duas Notas sobre o Romance Histórico Contemporâneo*. Disponível em: <www.realgabinete.com.br/coloquio/paginas/19.htm>. Acesso em: 24 maio 2010.

BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução: Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém. Evangelho segundo São Mateus, cap. 5, versículos de 13-16*. Coordenação de tradução: Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo, Ana Paula Andersen. São Paulo: Paulus, 1994.

BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1978. p. 107.

CEOTTO, Maria Thereza. *Seleção, notícia biográfica e estudo crítico – Navegante do Imaginário – Luiz Guilherme Santos Neves: vida e obra*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Europa-América, [s.d.]. 3 v. p. 25

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MORAES, Neida Lúcia. *O Mofo no Pão*. São Paulo: LISA, 1994.

NEVES, Luiz Guilherme Santos Neves. *As chamas na missa*. Rio de Janeiro: Philobiblion, Fundação Rio, 1986.

NEVES, Luiz Guilherme Santos Neves. *Escrivão da Frota*. Vitória: IHGES/Cultural-ES, 1997.

NEVES, Luiz Guilherme Santos Neves. In: Tertúlia, *Livros e autores do Espírito Santo – As chamas na missa*, depoimento do autor. Disponível em: <[www.art.br/arquivo/as chamas na missa/html](http://www.art.br/arquivo/as_chamas_na_missa/html)> Acesso em: 24 maio 2009

SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus Engenhos de Açúcar*. UFES - Departamento Estadual de Cultura, Vitória, 1994.

SANTOS, João Felício dos. Prefácio. In NEVES, Luiz Guilherme Santos. *A nau decapitada: Manuscrito do Itapemirim*. 2 ed. Vitória: Fun-

dação Ceciliano Abel de Almeida – UFES, 1985.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *Excertos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa desde o ano de 1711 ao de 1767*. Revista do IHGB, tomo 7, 1845, nº 25, p. 54-86.

VIEIRA JÚNIOR, Erly. Entrevista Especial com Luiz Guilherme Santos Neves. *Revista Graciano – Literatura Brasileira feita no ES, Vitória*, ano 1. n.3, p. 27-33, ago 2010. Disponível em: <<http://issuu.com/resvistagraciano/docs/3>> Acesso em 01 nov. 2010.

Artigo recebido em 28/01/2011 e aprovado em 25/02/2011.

